Título: Fim da sobretaxa alívio trará na conta de luz, mas custo adiante
Dados: 08/04/2022 **Veículo:** O Globo **Página:** 12
Canal: Notícias Gerais

TER _ Miriam Leitão_ QUA _Rachel Maia (mensal)_ QUI _ Miriam Leitão _ SEX _ Rogério Werneck (quinzenal) _ Fabio Giambiagi (quinzenal) _ SÁB _ Carlos Góes (quinzenal) _ Ricardo Henriques (quinzenal) _ DOM _ Miriam Leitão

FABIO GIAMBIAGI

oglobo.com.br/economia
economia@oglobo.com.br

Ainda a Previdência Social

Este é o quinto artigo da série de 15 textos acerca do possível programa de governo a ser implementado em 2023. Como esclareci desde o início, em dois ou três casos as ideias envolvem uma "não proposta", ou seja, a tese de que em determinado assunto o melhor será não inovar e deixar as coisas como estão. É o caso da Previdência, após a reforma aprovada em 2019. A pergunta natural então é: por que falar do assunto? E a resposta é: porque é preciso esclarecer as coisas para quando for necessário voltar ao tema. Talvez, em 2027.

Vamos aos fatos. A Previdência foi objeto de uma reforma importante em 2019. Para ter ideia da dimensão das mudanças, considere-se o caso de um adulto, homem de 30 anos, que tivesse começado a trabalhar com 20 anos de idade. Antes da reforma, ele poderia se aposentar com 35 anos de contribuição, aos 55 anos de idade. Com a reforma, terá que esperar até ter 62,5 anos, com 42,5 anos de contribuição, somando os 105 pontos da nova exigência. São quase oito anos a mais: uma mudança muito expressiva.

Ao mesmo tempo, quando se olham os números sob a ótica fiscal, a realidade é — continua sendo — amarga. Em 2018, antes da reforma, o INSS representava 43% do teto de gastos do Tesouro Nacional. Em 2021, esse peso aumentou para 48%.

A ideia de que a reforma "reduziu a despesa da Previdência" é equivocada. Em termos físicos, o número anual de benefícios previdenciários do INSS cresceu 1,6 % em 2019, novamente 1,6 % em 2020 e 1,1 % em 2021.

Quando se lembra que a base de incidência da despesa é da ordem de grandeza de R$ 800 bilhões, se percebe que 1% a mais de despesa do INSS pode significar algo em torno de 6 % nas despesas discricionárias — que deverão ser da ordem de R$ 140 bilhões este ano — se o crescimento de uma rubrica tiver que ser compensado pelo corte de outra.

Finalmente, um dado que impressiona, pouco enfatizado no debate: na média dos últimos cinco anos, a variação física média anual do número de aposentadorias urbanas por idade aumentou à espantosa taxa de 6,1%. O que, de resto, se explica, considerando que as aposentadorias por idade dos homens não sofreram mudança até agora.

O resumo da ópera é: "Reforma? Em 2023, impossível. Mas o assunto voltará à pauta". Por que em 2023 é impossível? Por uma razão prática, perfeitamente compreensível: ninguém aguenta mais falar do assunto.

A reforma de 2019 acabou com problemas mais aberrantes, mas a regra de aposentadoria de uso mais intenso é inadequada

O tema esteve presente no noticiário, com enorme intensidade, de fins de 2016 — quando Temer apresentou sua proposta de reforma, depois paralisada — a fins de 2019. Nem eu, que fiquei mais de 20 anos dedicados à causa da reforma, suporto falar do assunto!

Ao mesmo tempo, as mudanças demográficas continuam ocorrendo, o INSS continua tomando espaço das demais despesas na composição do gasto público e as despesas discricionárias continuam sendo achatadas. Vai chegar um momento em que, mesmo que o assunto seja desagradável, será preciso voltar a encarar a questão, com vistas a fazer uma nova rodada de ajustes.

Como a década de 2030 está muito distante e o quadro fiscal continuará a inspirar cuidados, torço para que isso ocorra em 2027, por ocasião da posse de quem vier a ser eleito presidente da República em 2026. A ver.

O problema não é difícil de entender. Qual era a idade de aposentadoria dos homens para a aposentadoria por idade quando foi aprovada a Constituição de 1988? 65 anos. Qual é a exigência hoje? 65 anos. Naquela época, aos 65 anos um homem tendia a viver mais 12 anos. Hoje tende a viver mais 17.

A reforma de 2019 acabou com os problemas mais aberrantes das regras da época, associados às aposentadorias precoces, mas não encarou o problema representado pelo fato de que a regra de aposentadoria de uso mais intenso definida em 1988 é inadequada aos tempos de hoje.

E, se quisermos encarar o tema em 2027, será preciso começar a falar do assunto antes: durante o próximo governo. Ainda que não venha a ser objeto nem da campanha de 2022 nem das medidas de 2023.

Fim da sobretaxa trará alívio na conta de luz, mas custo alto adiante

Para especialistas, decisão foi acertada tecnicamente, mas país ainda não pagou a fatura da crise do ano passado

GLAUCE CAVALCANTI, FERNANDA TRISOTTO E GERALDA DOCA
economia@oglobo.com.br
RIO E BRASÍLIA

A decisão do governo federal de antecipar o fim da bandeira de Escassez Hídrica deve trazer algum alívio na conta de luz agora, mas vai gerar custo para o consumidor a partir de 2023, dizem especialistas. A avaliação é que o nível atual dos reservatórios viabiliza o fim da cobrança da sobretaxa, mas o país ainda não quitou a conta de acionamento de todo o parque de termelétricas durante a seca, no ano passado.

A bandeira de Escassez Hídrica foi criada em 2021 em meio à crise hídrica para bancar a geração adicional de energia por termelétricas, que custa mais caro. Essa bandeira representa um adicional de R$ 14,20 a cada 100 quilowatts-hora consumidos.

Anteontem, ao anunciar a medida, o presidente Jair Bolsonaro disse que a previsão é trazer ao consumidor uma redução de 20% no custo da energia, um dos principais vilões da inflação.

— O valor da bandeira de Escassez Hídrica é fixo, mas a tarifa usada na conta de luz varia entre as distribuidoras. Em 20% não reduz. O impacto deve ser de 15%. É um alívio. Mas no caso de distribuidoras como as do Rio, por exemplo, não fará diferença — pontua Luciano Losekann, professor da Faculdade de Economia da UFF e coordenador do Grupo de Energia e Regulação.

CRÉDITO A DISTRIBUIDORAS

No mês passado, os clientes residenciais da Light tiveram aumento de 15,53% na tarifa, enquanto para os da Enel, que atende Niterói, Região dos Lagos e Norte Fluminense, o reajuste foi de 17,39%.

Roberto D'Araujo, diretor do Instituto Ilumina, também afirma que a redução para o consumidor não alcançará 20%. É que, na conta de luz, há outros custos além do cobrado pelo quilowatt-hora, como os de distribuição, transmissão e encargos. No Rio de Janeiro, a redução não deve chegar a 10%.

— Reservatórios se esvaziam quando não investimos suficientemente em novas fontes. O Brasil cresce uma média de 2.500 MW todos os anos. Podemos ter desabastecimento se não buscarmos aumentar a oferta de energia — diz o executivo, ponderando que o consumidor paga taxas extras para compensar essa falta de investimento.

O ministro da Economia, Paulo Guedes, porém, afirmou ontem que a redução será de 18% na conta a partir do mês que vem, durante evento no Banco do Brasil:

— Sem canetada, sem botar em risco as empresas.

Gustavo Carvalho, gerente de Preços e Estudos de Mercado da consultoria Thymus, explica que há critérios técnicos que justificam o fim da sobretaxa no momento:

— A bandeira sinaliza ao consumidor o custo maior e antecipa caixa para as distribuidoras para não haver desequilíbrio financeiro. Agora, o nível dos reservatórios está no melhor patamar dos últimos dez anos. Faz sentido retirar — explica. — E por que não recuar para a bandeira vermelha? Porque todos os gatilhos que definem cobrança extra estão no patamar de bandeira verde.

A avaliação da Thymus, diz ele, é de que entre os meses de junho e agosto possa ser preciso usar a bandeira amarela.

O ponto de atenção nesse debate vem do fato de que o custo adicional da geração termelétrica não está pago.

— Eliminar a bandeira de Escassez Hídrica e passar para a verde é uma decisão política. A conta-bandeira está no negativo. Não se conseguiu pagar todas as termelétricas usadas nos últimos meses. Havia duas opções: manter a bandeira ou, o que o governo fez, autorizar as distribuidoras a tomarem um empréstimo que será pago na tarifa de 2023 — explica Mauricio Tolmasquin, professor de Planejamento Energético da Coppe/UFRJ.

A conta, ainda que postergada, vai cair no colo do consumidor, frisa ele:

— A escolha do governo foi feita num momento de eleições (presidenciais), jogando o custo para depois. Mas esse custo vai ser pago pelo consumidor e majorado por juros e outras condições previstas.

MARCELO THEOBALD/16-1-2019

Impacto. Consumidor terá alívio na conta de luz, mas parte desse efeito será perdido com o reajuste das distribuidoras

Na inflação, impacto será percebido no índice de abril

Redução na tarifa já estava nas contas do mercado, só que em maio. Projeções para IPCA fechado em 2022 ficaram inalteradas

CAROLINA NALIN
carolina.nalin@oglobo.com.br

A antecipação da retirada da bandeira de escassez hídrica pelo governo — que acrescenta R$ 14,20 a cada cem kWh consumidos e será extinta no próximo dia 16 — levou analistas a reduzirem as projeções de inflação para o mês de abril, já que a mudança vai proporcionar alívio ao bolso do consumidor brasileiro antes do esperado. A queda no preço de energia era prevista para maio.

As projeções de inflação para o ano seguem inalteradas, em torno de 7%, e a perspectiva é manutenção dos preços elevados para itens como combustíveis, alimentos e medicamentos.

Mirella Hirakawa, economista sênior da AZ Quest, calcula que a saída da bandeira a partir do dia 16 retira 0,5 ponto percentual da projeção para o IPCA de abril, reduzindo a estimativa de 1,4% para 0,92% no mês. Em maio, porém, agora é esperada alta de 0,3% ante -0,2%.

— O saldo dessa redistribuição do impacto da bandeira tarifária é nulo, mantendo a nossa projeção para o IPCA de 2022 em 7,4%. Mantemos a perspectiva de que o pico da inflação será em abril, mas antes era esperado que a inflação chegasse a 12% em 12 meses, e agora deve atingir 11,5%. Só achatou a curva — explica Mirella, que prevê o retorno da bandeira tarifária amarela em dezembro.

0,7%
É a nova estimativa para a inflação de abril
Antes da antecipação do fim da bandeira, estava em 1,10% nas contas da Ativa Investimentos

Étore Sanchez, economista da Ativa Investimentos, que também prevê o retorno da bandeira amarela no fim do ano, reduziu a projeção para o IPCA de abril de 1,10% para 0,70%, ao mesmo tempo em que elevou a projeção de maio, de -0,3% para 0,10%.

— No fim das contas, é uma antecipação de cerca de 15 dias que gera pequenas alterações para as projeções de curtíssimo prazo, mas a inflação para o ano segue idêntica, em 6,8%.

Tatiana Nogueira, economista da XP, calcula que a antecipação da retirada da bandeira de escassez hídrica dividirá seu efeito entre abril e maio: com a inflação em abril caindo de 1,07% para 0,67% e a de maio subindo de -0,23% para 0,17%.

— É um alívio muito pequeno. São 14 dias de energia mais barata na conta do consumidor, mas com o preço dos combustíveis crescendo acima de dois dígitos e os preços de alimentação acelerando. É uma pequena boa notícia num mar de notícias ruins e de pressão inflacionária — diz Tatiana, que projeta o IPCA em 7% este ano.

CLUBE DE REGATAS DO FLAMENGO
Campeão do Mundo - Fundado em 15 de Novembro de 1895
CNPJ nº 33.649.575/0001-99
ERRATA - PREGÃO TIPO MENOR PREÇO
EDITAL Nº 001/2022
Objeto: Contratação de pessoa jurídica para aquisição de materiais e equipamentos esportivos das modalidades olímpicas do Clube de Regatas do Flamengo. O Edital completo pode ser obtido nos endereços eletrônicos, https://www.flamengo.com.br/lei-de-incentivo/projeto-cbc---ato-convocatorio-n--09--2--entrada----equipamentos-e-materiais-esportivos-e www.bbmnetlicitacoes.com.br. **Recebimento das propostas:** a partir desta divulgação. **Encerramento do recebimento das propostas:** até às 13:00h do dia 25/04/2022. **Abertura das propostas:** às 13:01h do dia 25/04/2022. **Início da sessão de disputa de preços:** às 10:00h do dia 26 de abril de 2022. **Local:** www.bbmnetlicitacoes.com.br.
Rio de Janeiro, 08 de abril de 2022
Leila Ribeiro - Pregoeira

pressreader PRINTED AND DISTRIBUTED BY PRESSREADER PressReader.com +1 604 278 4604 COPYRIGHT AND PROTECTED BY APPLICABLE LAW